

3.º FEV 1988

## Mandato em tempo de incerteza

Fonte política das mais qualificadas do PMDB esclarece que quando o general Leônidas Pires Gonçalves, o ministro do Exército, em recente declaração aos jornais, defendeu a idéia das eleições gerais em todos os níveis, no caso de se configurar a redução para quatro anos do mandato do presidente Sarney, ele não estava interpretando uma opinião pessoal. Falava em nome da instituição a que pertence e refletia no caso uma decisão a que o poder a que pertence poderá recorrer em caso de extrema necessidade, como solução para a crise política em que se encontra envolvido o País.

Em suas mais recentes conversas políticas, o presidente Sarney voltou a insistir na necessidade de ver antecipada pela Constituinte a decisão em torno do seu mandato. Acredita-se que a ocasião propícia para isso seria quando o plenário da Constituinte tiver de votar o sistema de Governo, iniciativa que poderá contar com a colaboração do deputado Ulysses Guimarães. Mas isso acontece no momento em que o Governo vive um processo interno de contradição política. Sarney viu-se obrigado a assumir uma postura de dureza política dentro do Governo, em virtude das denúncias de corrupção envolvendo o ex-ministro Aníbal Teixeira, o que foi seguido pelas declarações dos deputados do Centrão de que é «dando que se recebe» e concluído agora com o manifesto-denúncia da CNBB. O Governo brasileiro terá também de fazer reajustes internos na nossa economia, para contar com boa receptividade da parte dos banqueiros internacionais. Mas na medida em que resolve tomar medidas para reprimir ou reduzir o déficit público, seguindo a orientação de não gastar, o Palácio do Planalto fica a descoberto e sem retaguarda para lhe dar suficiente respaldo político às suas aspirações de conseguir o mandato de cinco anos para Sarney. Sem serem prodigalizados com os favores do

poder central, governadores e parlamentares que estão nos cinco anos poderão refluir de suas atuais posições para engrossar o coro dos quatro anos.

Um exemplo está sendo dado pelo governador Tasso Jereissati, do Ceará. Numa reunião que teve ontem em Brasília com a bancada do PMDB cearense na Constituinte, isso ficou explícito e Tasso deve ter transmitido essa sua opinião a Sarney, que se é para o Ceará ficar privado de recursos federais, enfrentando o adverso clima da impopularidade, seria preferível então passar a jogar nos quatro anos. Uma das grandes queixas do governador Jereissati são ainda os rumores constantes de que a nova refinaria da Petrobrás, a ser construída pela Petrobrás no Nordeste, seria localizada no Maranhão, o que contraria todas as opções técnicas, que favorecem o Ceará e o Rio Grande do Norte, por serem Estados produtores de petróleo.

**O presidente e a CNBB**

O presidente Sarney fez na intimidade comentários a respeito do recente manifesto da CNBB, em que aquela entidade critica o Governo como um todo pela sua passividade diante da corrupção. Observou Sarney que setorialmente nenhum Governo está imune à corrupção, embora ela deva ser reprimida e combatida. Como exemplo, citou um caso de desvio de recursos ocorridos tempo atrás no Banco do Vaticano, o que, segundo seu juízo, não serviu em absoluto para demonstrar que todo o Vaticano estivesse envolvido em clima de corrupção.

**Pressão sobre Aureliano:**

A bancada do PFL de Minas Gerais na Câmara esteve reunida ontem, constatando-se na ocasião que a maioria de seus dez integrantes dispõe-se a votar na Constituinte a favor da redução para quatro anos do mandato do presidente Sarney. No entanto, fizeram a ressalva de que não desejam tomar nenhuma atitude sem

antes ouvir o ministro Aureliano Chaves, o que deverá acontecer em encontro já marcado para a próxima terça-feira. Queixam-se os deputados mineiros do PFL que o Governo Federal vem canalizando maciços recursos financeiros para o governador Newton Cardoso, sem levar em conta, segundo alegam, o caos administrativo em que se transformou aquele Estado. Se depender da maioria do PFL mineiro, Aureliano deixaria agora o ministério que ocupa, poupando-se assim dos inevitáveis desgastes que sua imagem estaria sofrendo.

Por sua vez, o deputado Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, em pesquisa feita no Senado entre todos seus integrantes, constatou e que 38 deles são a favor dos quatro anos e 34 pelos cinco anos. Ainda segundo Saulo, nos Estados que reúnem mais de 70% da população brasileira, como São Paulo, Minas, Bahia, Rio, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco apenas dois representantes estaduais da representação no Senado votam nos cinco anos: o mineiro Alfredo Campos e o paranaense Leite Chaves.

**A Cara da Constituinte**

A futura Constituição brasileira vai ter a cara de Ulysses Guimarães. A opinião é do senador alagoano Divaldo Suruagy, o qual relembra que entre todas as lideranças da Constituinte a única que vai sobrevivendo é a de Ulysses. E o segredo estaria na sua posição de equilíbrio, que como a maioria da Constituinte oscila entre a direita e a esquerda.

**Delfim e a Constituinte**

O ex-ministro e deputado Delfim Neto confessou ao deputado Amaral Neto que se não ocorrem hoje investimentos no Brasil, a responsabilidade não cabe mais à Constituinte. Explicou que as apreensões dos empresários com a Constituinte desapareceram, quando constataram haver ali desaparecido a ameaça de estagnação.